



**À ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SUMIDOURO - ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Processo nº: 2357/2022**

**Modalidade: Pregão**

**Edital nº: 030/2024**

**Forma: Eletrônica**

**Tipo: Menor Preço Por Lote**

**Objeto: Refere-se à “SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS VENCIDOS”, para atender às necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

**SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0009-17, localizada na cidade de Queimados/RJ, na Rua Poacu, s/n, Campo Alegre, CEP nº 26.373-250, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar as

**RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Contra a decisão desta d. Comissão de Julgamento das Licitações que habilitou a empresa **ESN INCINERACAO DE ITAPERUNA LTDA**, amparada na Lei nº 14.133/21, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos.

**1. DOS FATOS**

No procedimento licitatório promovido pelo Município de Sumidouro/RJ, referente ao Processo Licitatório nº 2357/2022, Pregão Eletrônico 030/2024 cujo objeto era **SERVIÇO DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS VENCIDOS**”, para atender às necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a empresa **ESN INCINERAÇÃO DE ITAPERUNA LTDA** foi declarada vencedora de forma equivocada.

Durante a fase de habilitação, constatou-se que a referida empresa apresentou diversas



falhas graves na documentação exigida pelo edital, comprometendo a sua regularidade para participar do certame. As inconsistências observadas na documentação indicam um descumprimento dos requisitos mínimos de habilitação, evidenciando a falta de conformidade com as exigências legais e editalícias.

Essas irregularidades prejudicam o caráter competitivo e isonômico do processo licitatório, configurando uma afronta aos princípios da legalidade, igualdade e competitividade que devem nortear a condução dos certames públicos. Diante disso, a manutenção da decisão que declarou a empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA como vencedora do certame compromete a lisura e a transparência do procedimento, além de causar prejuízo aos demais licitantes que atenderam corretamente às exigências do edital.

## 2. DAS IRREGULARIDADES

### 2.1. DO VALOR INEXEQUÍVEL DA PROPOSTA

Durante a análise das propostas apresentadas no certame licitatório, verificou-se que o lance final ofertado pela empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA é manifestamente **inexequível**, uma vez que se encontra consideravelmente abaixo do preço de referência estabelecido no edital.

O valor de referência do edital é de R\$ 240.960,00, enquanto a proposta vencedora foi de R\$ 118.900,00, representando uma redução de aproximadamente 50,6% em relação ao valor estimado.

Soma-se a inexequibilidade inclusive, outro ponto de suma importância. O valor apresentado para o item 1, foi de R\$ 23,43 por hora, se pegarmos o salário do motorista e coletor, mais os encargos e dividir pelas horas mensais, a saber 220 horas por mês, e ou 44 horas semanais, teremos valor superior ao ofertado. Sem contar as despesas de logística, combustível, depreciação do veículo, manutenções, insumos (tais como bombonas e ou contentores que está previsto para o fornecimento).

Aqui relevamos uma informação importante que deve ser levada em conta: o valor é por hora trabalhada na Prefeitura, então não há que se falar em aproveitamento de rota. Isto até poderia



ser mencionado para o trajeto, mas não para a aplicação do valor unitário por hora.

Isto só deixa mais evidente a impossibilidade de atendimento ao preço ofertado, e a latente INEXEQUIBILIDADE DO VALOR.

Conforme disposto no item 8.4 do edital, propostas com valores inferiores a 50% do preço de referência são consideradas INEXEQUIVEIS:

*8.4 No caso de fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, haverá indício de inexecutabilidade quando as propostas comerciais contiverem valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração conforme preconiza a IN – Seges/ME 73/2022, concomitante com os Acórdãos 465/2024 e 948/2024 - Plenário TCU.*

No entanto, a proposta da empresa vencedora não atende a essa exigência, deixando de comprovar a adequação dos custos apresentados aos parâmetros estabelecidos, o que gera fundadas dúvidas quanto à capacidade de executar o objeto do contrato com a qualidade e segurança necessárias.

A inexecutabilidade do valor proposto revela um claro risco de descumprimento contratual, uma vez que valores extremamente reduzidos não são compatíveis com a execução das obrigações previstas, podendo resultar na prestação de serviços de baixa qualidade, interrupções no contrato ou até mesmo inadimplência por parte da contratada. Essa situação contraria os princípios da eficiência e economicidade, prejudicando o interesse público e colocando em risco a finalidade do contrato.

Em tempo, deve-se lembrar do princípio da VINCULAÇÃO DO EDITAL, onde condiciona as participantes a obedecer estritamente o que o instrumento convocatório dispõe. Nisto, temos que o item 8.4 não foi obedecido, pois o valor do lance final da vencedora foi aceito, porém, é INEXEQUIVEL nos termos do próprio edital.

A fragilidade de uma proposta inexecutável pode se configurar em uma verdadeira armadilha para o órgão licitante, em que o primeiro classificado vence o certame, atinge seus objetivos empresariais, quaisquer que sejam, fracassa na execução do objeto e rapidamente se socorre da revisão de preços.

Respeitosamente, considerando-se o valor máximo estimado pela Administração,



conforme previsão do Edital em comento, vislumbra-se que a proposta vencedora não pode ser considerada exequível, uma vez que destoa completamente dos preços médios praticados no mercado. Ademais, valor inexequível entende ser a doutrina como sendo:

*“...aquele que sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço. Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-se lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegalmente, inclusive asfixiando competidores de menor porte.” (PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública. p.559).*

Outrossim, por motivos de razoabilidade e proporcionalidade, e princípios correlatos à Administração, como da eficiência, o que precisa ser observado, é a possibilidade no mundo real de cumprimento do contrato administrativo quanto ao objeto do presente certame licitatório por parte da empresa vencedora.

A coletividade não pode ser prejudicada por eventual descumprimento das cláusulas do contrato administrativo, tendo por fundamento, precípua, as propostas inexequíveis apresentadas.

De mais a mais, o que deve ser levado em consideração por parte desta r. Comissão são os princípios da INDISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO, bem como da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO (Lei 9784/99).

Ademais, é preciso observar pelos licitantes os critérios legais e doutrinários supracitados, a fim de que seja garantido um mínimo de qualidade do serviço a ser prestado, atendendo perfeitamente às exigências do Edital.

Portanto, **a apresentação de propostas, menos que a metade do valor referencial, configura o reconhecimento, por parte da Administração, de sua inexequibilidade e consequente desclassificação do procedimento licitatório.** E da mesma forma o descumprimento ao instrumento convocatório ao não apresentar todos os documentos ali exigidos.

O Tribunal de Contas da União já decidiu sobre o tema:

*Com efeito, ao admitir uma proposta com tais imperfeições, a administração pública pode ficar sujeita a uma posterior oposição de dificuldades para a execução contratual de parte da empresa. Não seria surpresa se, frustrada a alíquota incerta, que possibilitou cotações mais*





*baixas e a adjudicação do objeto, a contratada viesse alegar a necessidade de equilíbrio econômico-financeiro, com base, por exemplo, no §5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93: (...). Chancelar uma promessa como se fosse uma prescrição de lei, com a boa intenção de contratar por menos, pode acabar trazendo consequências danosas para os cofres públicos. Além disso, transgride o princípio da legalidade desprezando, no caso, a realidade tributária. (grifo nosso)*

Não há dúvidas que o ato que declarou a citada empresa como vencedora da licitação deverá ser reformado, pois afrontou diretamente os princípios licitatórios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório.

O princípio da isonomia entre os licitantes, proeminente sobre os demais no presente caso, veda a existência de quaisquer privilégios ou tolerância de vícios e irregularidades para os participantes do certame, principalmente.

A manutenção da habilitação da Recorrida, afronta até mesmo a moralidade administrativa, que deve permear toda atividade do administrador público, exigindo uma atividade responsável e coerente para a correta identificação dos padrões de conduta que individualizam o bom administrador, vinculando-o à finalidade pública que é peculiar à atividade estatal, sempre com a necessária impessoalidade que deve estar presente em atos desta natureza. PORTANTO, FAVORECER DETERMINADO LICITANTE, CONFORME SE ESTÁ FAVORECENDO A RECORRENTE, ESBARRA NA MORALIDADE PERSEGUIDA

Portanto, a aceitação de uma proposta com valores tão abaixo do preço de referência, sem a devida comprovação de sua exequibilidade, afronta diretamente as disposições do edital e os princípios da administração pública, devendo ser reavaliada a decisão que declarou a empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA vencedora do certame.

## **2.2. DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Conforme o item 9.3.9 do edital e o artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a apresentação de documentos que comprovem a qualificação econômico-financeira das empresas participantes do certame, incluindo, além das certidões de falência e concordata, **os dois últimos balanços patrimoniais e os índices contábeis** que comprovem a boa situação financeira da empresa. Esses documentos são fundamentais para atestar a capacidade financeira da licitante de cumprir com



as obrigações assumidas, garantindo a execução do contrato de forma eficiente e dentro dos padrões exigidos.

Conforme leitura da Lei 14.133, art. 69 citado no edital:

**Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:**

**I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

**II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**

Item 9.3.9 do Edital:

**9.3.9 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);**

A Lei é clara em obrigar a exigência de balanços e demonstrativos contábeis além da certidão de falência da participante.

A norma veio para regulamentar, justamente para que não ocorresse como ora se amolda no presente certame, onde além da “vencedora” ter dado lance manifestamente INEXEQUIVEL, se quer demonstrou, ainda que minimamente, seus demonstrativos contábeis ou balanços, para comprovar sua capacidade de cumprir o contrato futuro.

A empresa **ESN INCINERAÇÃO DE ITAPERUNA LTDA**, declarada vencedora do certame, não apresentou os dois últimos balanços patrimoniais nem os índices contábeis exigidos pelo edital e pela legislação vigente como dito. A ausência desses documentos compromete a análise de sua saúde financeira e a capacidade de honrar o contrato, configurando uma falha grave que impede sua habilitação.

A apresentação dos balanços patrimoniais é essencial para a verificação dos índices de liquidez, solvência e endividamento da empresa, indicadores que revelam se a licitante possui recursos suficientes para arcar com os custos da execução do contrato sem comprometer a qualidade dos serviços ou a regularidade do cronograma. A omissão desses documentos impossibilita a



administração pública de avaliar a viabilidade financeira da proposta, gerando insegurança quanto à capacidade da empresa de cumprir suas obrigações.

Importa considerar que todos os procedimentos licitatórios processados em âmbito nacional devem estar **estritamente pautados na legislação e nos princípios que norteiam o processo formal de aquisição e contratação governamental.**

Deste modo, cabe ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, sobretudo o princípio da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo. Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o Administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e **impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias.**

A falta de comprovação da qualificação econômico-financeira pela empresa vencedora desrespeita as disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e no próprio edital, prejudicando o princípio da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Tal irregularidade justifica a inabilitação da empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA, uma vez que a ausência desses documentos essenciais coloca em risco a execução do contrato e o atendimento aos interesses públicos.

### 2.3. **DA INABILITAÇÃO POR FALTA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Conforme o item 9.3.10 do edital, 9.16 do Termo de Referência e o artigo 67 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes devem comprovar sua qualificação técnica por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica registrados nos conselhos competentes, **certificados de responsáveis técnicos devidamente vinculados à empresa**, e comprovantes de registro da empresa nos respectivos conselhos de classe (CREA, CRQ, CRBio, entre outros).

No entanto, a empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA não atendeu a esses requisitos básicos de qualificação técnica, apresentando documentos que não comprovam sua aptidão para a execução do objeto do certame. Dentre as falhas identificadas, destacam-se:

2.3.1. **Atestado Técnico sem Registro no Conselho Competente:** A empresa apresentou um atestado de capacidade técnica que não possui registro no conselho de classe






competente, o que fere a exigência de validade e autenticidade do documento, comprometendo a comprovação da experiência técnica da empresa.

**Conforme o item 9.16 do Termo de Referência, é obrigatória a apresentação de certidões ou atestados devidamente emitido pelo conselho profissional competente:**

#### *Qualificação Técnica*

*9.16. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

Ocorre que o único atestado apresentado pela empresa ESN não está regularmente emitido pelo conselho de classe:

 **UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL**  
Dec: 88.747 de 26-9-83  
CNPJ: 29.640.612/0001-20  
Mat. INSS 17.02200285/26

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**


A Conferência São José do Avaí, inscrita no CNPJ nº 29.640.612/0001-20, atesta, para os devidos fins que a empresa **ESN Incineração de Itaperuna LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 13.400.834/0001-36, situada na rua Milton Lopes Monteiro, nº 168, Bairro Surubi, Itaperuna - RJ, presta os serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviço de Saúde deste estabelecimento, tendo como responsável técnico pelas atividades exercidas o Sr. Alberto Ferreira da Silva, registro CRBio nº 78.741/02D, biólogo, esp. Eng. Ambiental.

- ✓ Atesta que a ESN incineração de Itaperuna coleta uma média de 15 toneladas de resíduos do grupo A, B e E, conforme a classificação da RDC 222;
- ✓ Atesta que a ESN incineração de Itaperuna realiza todos os seus serviços com qualidade;
- ✓ Atesta que a ESN incineração de Itaperuna conta com atendimento de excelência;
- ✓ Atesta que a ESN incineração de Itaperuna atende todos os seus serviços dentro do tempo estipulado em contrato;
- ✓ Atesta que a ESN incineração de Itaperuna atende as demais condições de fornecimento.


Até a presente data tem atendido as expectativas do contrato com sua conduta técnica, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos serviços.


**Nome do representante:** Eugênio Carlos de Almeida Tinoco  
**Cargo:** Presidente  
**CPF:** 774.828.471-05

Itaperuna/RJ, 28 de agosto de 2024.

  
Dr. Eugênio Carlos de Almeida Tinoco  
PRESIDENTE  
CPF: 774.828.471-05  
CONFERÊNCIA SÃO JOSÉ DO AVAÍ

**CONFERÊNCIA SÃO JOSÉ DO AVAÍ**  
Dr. Eugênio Carlos de Almeida Tinoco

 Tel: + 55 (24) 3472-9635 / E-mail: servioeste@servioeste.com.br  
hsja@hsja.com.br / www.hsja.com.br / R. Cel. Luiz Ferraz, 397 - C.

 Cartório do 3º Ofício de Itaperuna RJ 390616-1 AA517378  
Reconheço por semelhança (a) a assinatura de EUGÊNIO CARLOS DE ALMEIDA TINOCO - EEU99818-LUJ/ e duas (a) EM 30/08/2024 da Veridade: Itaperuna-RJ 30/08/2024 Cod. 0947702450  
Guilherme Rangel de Almeida - Tabelião Substituto. Total: R\$ 13,31  
Consulte: https://www.tstj.ju.br/Portal-Extrajudicial/consultas/





Veja-se que o atestado é simples, apenas assinado pelo próprio emitente, sem reconhecimento ou registro no conselho de classe competente, em clara desconformidade com o item 9.16 do Termo de Referência.

Novamente, importante lembrar o princípio da vinculação do edital, onde obriga as participantes a CUMPRIREM INTEGRALMENTE as exigências do edital e seus anexos. Entendimento outro, acaba por beneficiar a participante, já que não cumpriu o disposto no instrumento, quanto que, as demais participantes cumpriram.

**2.3.2. Certidão Profissional Inadequada e Sem Vínculo Atual:** A certidão de qualificação técnica apresentada é referente ao Sr. Alberto Ferreira, que não é mais responsável técnico pela **ESN INCINERAÇÃO DE ITAPERUNA LTDA**, não mantendo qualquer vínculo com a empresa, tornando inválida a certidão apresentada, uma vez que não há qualquer comprovação de que o mesmo ainda integra o quadro técnico da empresa vencedora. Tanto é que nem mesmo contrato com o Responsável Técnico foi apresentado.

Há evidente descumprimento da Lei 14.133/21 ao passo que deixa de apresentar responsável técnico habilitado e certidões ou atestados válidos.

De relevância esclarecer que a NLL reservou um artigo específico para definir as exigências operacionais e profissionais, quais sejam:

*Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:*

*I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;*

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

*III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se*



*responsabilizará pelos trabalhos;*

*IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;*

*V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;*

*VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.*

Em tendo agido de forma diversa, deixou de atender satisfatoriamente a comprovação técnica exigida, devendo o “vencedor” ser inabilitado.

**2.3.3. Ausência de Comprovante de Registro nos Conselhos de Classe:** Como mencionado no item anterior, a ESN Incineração de Itaperuna LTDA não apresentou qualquer documento que comprove seu registro nos conselhos de classe competentes, como CREA, CRQ ou CRBio. A ausência desses registros fere diretamente a legislação e os requisitos estabelecidos pelo edital, que exigem a comprovação de que a empresa está regularizada junto às entidades responsáveis pela fiscalização e controle das atividades técnicas.

Essas irregularidades comprometem a habilitação técnica da ESN Incineração de Itaperuna LTDA, demonstrando que a empresa não atende às exigências mínimas do edital e da Lei nº 14.133/2021. A aceitação de documentos inconsistentes e de um profissional que já não possui vínculo com a empresa vencedora revela grave falha na análise da habilitação técnica, pondo em risco a execução do contrato e o interesse público.

Diante dos fatos apresentados, resta clara a inabilitação da empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA por não comprovar a qualificação técnica exigida, comprometendo a transparência e a legalidade do certame, e desrespeitando o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

### 3. DOS PEDIDOS

Na esteira do exposto, requer que seja julgado provido o presente recurso, reconhecendo-se a **INABILITAÇÃO** da empresa ESN Incineração de Itaperuna LTDA, tendo em vista que **NÃO** atendeu as exigências editalícias e legais no certame epígrafado, como foi



devidamente demonstrado acima.

Na hipótese não esperada de isso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o art 165, da Lei nº 14.133/21.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Queimados-RJ, 04 de setembro de 2024.

**SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**

CNPJ nº 03.392.348/0009-17

Cristian Paulo Kehl Balbinot

CPF: 010.580.759-18

RG. 4.077.236 (SSP/SC)

Administrador

03.392.348/0009-17  
SERVIOESTE  
SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.  
RUA POAÇU, Nº 51  
BAIRRO CAMPO ALEGRE-CEP 26.373-250  
QUEIMADOS - RJ